

EDUCAÇÃO DECOLONIAL E A VALORIZAÇÃO DOS SABERES TRADICIONAIS NO CURRÍCULO ESCOLAR

Antonio Felipe Beserra

Mestre em Tecnologias Emergentes em Educação (MUST University). Mestrando em Filosofia (Prof. Filo. / UFCA). Professor de Filosofia da EEEP Deputado José Walfrido Monteiro.

<http://lattes.cnpq.br/2965038283389248>

<https://orcid.org/0009-0003-4675-8757>

E-mail: felipenew9528@outlook.com

DOI-Geral: <http://dx.doi.org/10.47538/RNI-2026.V1N3>

DOI-Individual: <http://dx.doi.org/10.47538/RNI-2026.V1N3-05>

RESUMO: A presente pesquisa analisa a contribuição da educação decolonial para a valorização dos saberes tradicionais no currículo escolar, considerando os desafios históricos impostos pela colonialidade do saber e suas implicações na organização dos sistemas educacionais contemporâneos. O estudo tem como objetivo compreender de que forma os pressupostos da decolonialidade podem favorecer a incorporação de conhecimentos produzidos por povos originários, comunidades quilombolas e demais grupos historicamente marginalizados nos processos curriculares. Metodologicamente, trata-se de uma pesquisa bibliográfica, de abordagem qualitativa, objetivos exploratórios e fundamentada no método dedutivo. O referencial teórico apoia-se em estudos recentes sobre currículo, educação decolonial, epistemologias do Sul e saberes tradicionais. Os resultados evidenciam que a perspectiva decolonial possibilita questionar a hegemonia eurocêntrica presente nos currículos escolares, promovendo práticas pedagógicas mais inclusivas, plurais e culturalmente contextualizadas. Conclui-se que a valorização dos saberes tradicionais representa um importante caminho para a construção de uma educação democrática, intercultural e comprometida com a justiça social e epistêmica.

PALAVRAS-CHAVE: Educação decolonial. Currículo escolar. Saberes tradicionais. Colonialidade. Epistemologias do Sul.

DECOLONIAL EDUCATION AND THE VALORIZATION OF TRADITIONAL KNOWLEDGE IN THE SCHOOL CURRICULUM

ABSTRACT: This study analyzes the contribution of decolonial education to the valorization of traditional knowledge within the school curriculum, considering the historical challenges imposed by the coloniality of knowledge and its implications for the organization of contemporary educational systems. The objective is to understand how the principles of decoloniality can promote the incorporation of knowledge produced by Indigenous peoples, Quilombola communities, and other historically marginalized groups into curricular processes. Methodologically, this research is characterized as a bibliographic study with a qualitative approach, exploratory objectives, and a deductive method. The theoretical framework is grounded in recent studies on curriculum, decolonial education, Epistemologies of the South, and traditional knowledge. The findings indicate that the decolonial perspective makes it possible to challenge the Eurocentric hegemony embedded in school curricula, fostering more inclusive, pluralistic, and culturally contextualized pedagogical practices. It is concluded that the valorization of traditional knowledge represents an important pathway toward the construction of a democratic, intercultural education committed to social and epistemic justice.

KEYWORDS: Decolonial Education. School Curriculum. Traditional Knowledge. Coloniality. Epistemologies of the South.

INTRODUÇÃO

A educação escolar constitui um dos principais espaços de produção, transmissão e legitimação do conhecimento nas sociedades contemporâneas. Entretanto, a

constituição histórica dos sistemas educacionais modernos esteve profundamente vinculada aos pressupostos epistemológicos da modernidade europeia, que estabeleceram padrões específicos para definir quais conhecimentos seriam considerados válidos, científicos e dignos de serem incorporados aos currículos escolares. Como resultado desse processo, consolidou-se uma hierarquia epistemológica que privilegiou os saberes produzidos no Ocidente em detrimento de outras formas de conhecimento construídas por povos indígenas, comunidades quilombolas, populações tradicionais e diversos grupos historicamente subalternizados.

Essa realidade está diretamente relacionada ao fenômeno da colonialidade, compreendido como a permanência de estruturas de poder, dominação e produção de conhecimento originadas durante o período colonial e que continuam influenciando as relações sociais, culturais, políticas e educacionais mesmo após o término formal da colonização. Nesse contexto, a escola passou a desempenhar, em muitos casos, o papel de difusora de uma racionalidade eurocêntrica, reproduzindo narrativas históricas, científicas e culturais que frequentemente invisibilizam ou deslegitimam os conhecimentos produzidos por grupos não hegemônicos.

Diante desse cenário, o pensamento decolonial emerge como uma importante perspectiva teórica e política voltada à problematização das heranças coloniais presentes na sociedade contemporânea. Mais do que uma crítica ao colonialismo histórico, a decolonialidade busca questionar as formas pelas quais a colonialidade do poder, do saber e do ser continua estruturando as relações sociais e os processos educativos. Conforme destacam Dos Santos *et al.* (2025), a educação decolonial propõe a construção de novos horizontes epistemológicos fundamentados no reconhecimento da diversidade cultural e na valorização dos saberes produzidos pelos povos do Sul Global, promovendo uma ruptura com modelos educacionais baseados exclusivamente em referenciais eurocentrados.

Nesse sentido, a educação decolonial apresenta-se como uma alternativa capaz de ampliar as possibilidades de construção curricular ao reconhecer a existência de múltiplas epistemologias e diferentes formas de compreender a realidade. Tal perspectiva defende a necessidade de incorporar ao currículo escolar conhecimentos tradicionalmente excluídos dos espaços formais de ensino, reconhecendo que os saberes produzidos pelas

comunidades indígenas, quilombolas, ribeirinhas, sertanejas e demais populações tradicionais possuem relevância histórica, cultural, científica e pedagógica. Para Cumboto (2026), a valorização dos saberes culturais no contexto educacional representa um importante mecanismo de fortalecimento das identidades coletivas e de promoção de uma educação mais contextualizada e significativa para os estudantes.

A discussão acerca da valorização dos saberes tradicionais no currículo escolar torna-se ainda mais relevante em um contexto marcado pela crescente diversidade cultural das sociedades contemporâneas e pela necessidade de construção de práticas pedagógicas comprometidas com a inclusão, a equidade e a justiça social. Os saberes tradicionais constituem patrimônios culturais construídos coletivamente ao longo de gerações, envolvendo conhecimentos relacionados à agricultura, à medicina popular, ao manejo sustentável dos recursos naturais, às práticas religiosas, às expressões artísticas e às formas de organização comunitária. Tais conhecimentos desempenham papel fundamental na preservação da memória coletiva e na manutenção das identidades culturais de diferentes grupos sociais.

Sob essa perspectiva, o currículo escolar deixa de ser compreendido como um instrumento neutro de organização dos conteúdos de ensino para ser reconhecido como um espaço de disputas políticas, culturais e epistemológicas. Conforme argumentam Dos Santos *et al.* (2025), as escolhas curriculares refletem relações de poder que determinam quais conhecimentos serão legitimados e quais permanecerão marginalizados. Assim, a construção de currículos orientados por princípios decoloniais exige o reconhecimento das múltiplas formas de produção do conhecimento e a promoção de práticas educativas capazes de dialogar com as realidades socioculturais dos estudantes.

Além disso, experiências desenvolvidas no âmbito da educação escolar indígena, da educação quilombola e de propostas curriculares interculturais têm demonstrado a importância da articulação entre território, cultura e educação na construção de processos formativos mais democráticos e inclusivos. Conforme observam De Oliveira Rocha e De Souza Nogueira (2024), a implementação de diretrizes curriculares específicas para a educação quilombola representa um avanço significativo na valorização das identidades étnico-raciais e dos conhecimentos produzidos por essas comunidades. De forma semelhante, Pereira (2023) ressalta que as epistemologias decoloniais contribuem para a

construção de currículos comprometidos com a valorização da diversidade cultural e com a democratização dos processos de produção do conhecimento.

Diante dessas reflexões, emerge a necessidade de aprofundar os debates acerca das contribuições da educação decolonial para a valorização dos saberes tradicionais no currículo escolar. Considerando a persistência de práticas educacionais marcadas por referenciais eurocêntricos e a crescente demanda por modelos pedagógicos mais inclusivos, torna-se fundamental compreender como os pressupostos da decolonialidade podem contribuir para a transformação dos processos curriculares e para a promoção da justiça epistêmica no campo educacional.

Nesse contexto, o presente estudo busca responder à seguinte questão de pesquisa: *de que maneira a educação decolonial contribui para a valorização dos saberes tradicionais no currículo escolar?*

O objetivo geral da pesquisa consiste em analisar as contribuições da educação decolonial para a incorporação e valorização dos saberes tradicionais nos processos curriculares. Como objetivos específicos, pretende-se: discutir os fundamentos teóricos da educação decolonial e suas implicações para a educação contemporânea; compreender os mecanismos de exclusão epistemológica historicamente presentes nos currículos escolares; analisar a importância dos saberes tradicionais na construção de práticas pedagógicas interculturais; e identificar possibilidades de integração desses conhecimentos aos processos educativos formais.

Para alcançar tais objetivos, desenvolveu-se uma pesquisa bibliográfica, de abordagem qualitativa, com objetivos exploratórios e fundamentada no método dedutivo. A investigação baseia-se na análise de produções acadêmicas que abordam as relações entre currículo, decolonialidade, saberes tradicionais e políticas educacionais, buscando compreender as principais contribuições teóricas e conceituais existentes sobre o tema.

A relevância deste estudo fundamenta-se na necessidade de ampliar as discussões acerca da democratização do conhecimento e da construção de currículos capazes de contemplar a pluralidade cultural e epistemológica presente na sociedade. Ao problematizar a hegemonia de modelos educacionais eurocentrados e defender a valorização dos saberes tradicionais, a pesquisa contribui para o fortalecimento dos

debates sobre interculturalidade, justiça cognitiva, diversidade cultural e inclusão educacional. Ademais, o estudo busca colaborar com reflexões voltadas à construção de práticas pedagógicas mais sensíveis às realidades socioculturais dos estudantes, favorecendo a formação de sujeitos críticos, conscientes de suas identidades e comprometidos com a valorização da diversidade humana.

REVISÃO DA LITERATURA

EDUCAÇÃO DECOLONIAL E CRÍTICA À COLONIALIDADE DO SABER

A educação decolonial constitui uma perspectiva teórica, política e epistemológica que busca problematizar as permanências da colonialidade nas sociedades contemporâneas, especialmente nos processos de produção, validação e circulação do conhecimento. Embora os processos formais de colonização tenham sido encerrados em grande parte do mundo, as estruturas de poder construídas durante esse período continuam influenciando as relações sociais, culturais e educacionais. Nesse sentido, a decolonialidade surge como um movimento crítico voltado à superação das hierarquias que historicamente estabeleceram a superioridade de determinados povos, culturas e formas de conhecimento.

No campo educacional, essa problemática manifesta-se por meio da colonialidade do saber, entendida como a predominância do conhecimento científico ocidental como principal referência de legitimidade epistemológica. Tal processo contribuiu para a marginalização dos conhecimentos produzidos por povos indígenas, comunidades quilombolas, populações tradicionais e outros grupos historicamente subalternizados. Como consequência, os currículos escolares foram estruturados a partir de referenciais eurocêntricos, frequentemente desconsiderando a diversidade cultural e epistemológica existente nas diferentes sociedades.

Segundo Dos Santos *et al.* (2025), a educação decolonial representa uma resposta crítica a essa lógica excludente ao defender a valorização dos saberes produzidos no Sul Global e o reconhecimento da pluralidade de formas de conhecimento. Nessa perspectiva, o processo educativo deve promover o diálogo entre diferentes epistemologias, questionando a ideia de que apenas os saberes oriundos dos centros hegemônicos

possuem validade científica e pedagógica. Assim, a decolonialidade propõe uma ampliação dos horizontes educativos por meio do reconhecimento de múltiplas formas de interpretar e compreender a realidade.

A crítica à colonialidade do saber também questiona a pretensa universalidade atribuída ao conhecimento ocidental moderno. Ao longo da história, a ciência europeia foi frequentemente apresentada como neutra e universal, ocultando os contextos históricos, políticos e culturais que influenciaram sua constituição. Esse processo contribuiu para a construção de hierarquias epistemológicas que relegaram outros sistemas de conhecimento à condição de saberes inferiores ou secundários. A educação decolonial busca justamente superar essa visão monocultural, reconhecendo que diferentes grupos sociais produzem conhecimentos legítimos e relevantes para a compreensão do mundo.

Nesse contexto, a valorização dos saberes culturais assume papel central. Cumboto (2026) destaca que a incorporação dos conhecimentos tradicionais aos currículos escolares fortalece as identidades culturais, aproxima a educação das realidades vivenciadas pelos estudantes e promove processos de aprendizagem mais significativos. Além disso, o reconhecimento desses saberes contribui para enfrentar processos históricos de silenciamento e exclusão, ampliando as possibilidades de construção de uma educação fundamentada na interculturalidade, na justiça cognitiva e no respeito à diversidade.

Dessa forma, a crítica à colonialidade do saber constitui um dos pilares fundamentais da educação decolonial. Ao questionar as hierarquias epistemológicas herdadas da modernidade colonial, essa perspectiva contribui para a construção de currículos mais inclusivos, plurais e culturalmente sensíveis. Mais do que inserir conteúdos relacionados às culturas marginalizadas, a proposta decolonial busca transformar os próprios critérios de seleção e legitimação do conhecimento escolar, promovendo uma educação comprometida com a democratização do saber, a valorização da diversidade epistemológica e a justiça social.

CURRÍCULO ESCOLAR E VALORIZAÇÃO DOS SABERES TRADICIONAIS

O currículo escolar ocupa posição central nos processos educativos, pois define os conhecimentos, valores e experiências considerados relevantes para a formação dos estudantes. Entretanto, não pode ser compreendido como um instrumento neutro de organização dos conteúdos, mas como uma construção histórica, social, política e cultural permeada por relações de poder. Nesse sentido, o currículo reflete disputas epistemológicas que influenciam a seleção, a legitimação e a distribuição dos conhecimentos considerados socialmente válidos.

Historicamente, os currículos escolares foram estruturados a partir de referenciais eurocêntricos que privilegiaram conhecimentos produzidos nos centros hegemônicos de poder, contribuindo para a marginalização dos saberes desenvolvidos por povos indígenas, comunidades quilombolas, populações tradicionais e outros grupos historicamente subalternizados. Sob a perspectiva decolonial, essa configuração curricular expressa a permanência da colonialidade do saber, uma vez que determinados conhecimentos são reconhecidos como universais e legítimos, enquanto outros permanecem invisibilizados ou desvalorizados.

Nesse contexto, Dos Santos *et al.* (2025) afirmam que o currículo constitui um campo de disputas epistemológicas atravessado por relações de poder que definem quais saberes serão incorporados ao processo educativo. Para os autores, a valorização dos conhecimentos produzidos por povos originários e comunidades tradicionais representa uma estratégia fundamental para enfrentar desigualdades históricas e ampliar a diversidade cultural presente na escola.

A incorporação dos saberes tradicionais ao currículo implica reconhecer que diferentes grupos sociais produzem conhecimentos legítimos acerca da natureza, da cultura, da organização comunitária e das relações humanas. Esses saberes resultam de experiências históricas acumuladas ao longo de gerações e constituem importantes patrimônios culturais. Nessa perspectiva, a escola deixa de atuar exclusivamente como transmissora do conhecimento científico formal e passa a promover o diálogo entre diferentes matrizes epistemológicas.

Ribeiro e Catanante (2025) destacam que as articulações entre currículo, cultura e território são fundamentais para a construção de práticas educativas mais contextualizadas e significativas. Segundo as autoras, o reconhecimento dos conhecimentos produzidos nas comunidades fortalece os vínculos entre escola e realidade social, favorecendo processos de aprendizagem mais próximos das experiências vivenciadas pelos estudantes. Além disso, os saberes tradicionais contribuem para a preservação da memória coletiva, para o fortalecimento das identidades culturais e para a valorização do sentimento de pertencimento.

Outro aspecto relevante refere-se à contribuição desses conhecimentos para a educação ambiental crítica. Conforme destacam Dos Santos *et al.* (2025), os saberes desenvolvidos por povos indígenas e comunidades tradicionais oferecem importantes referências para a compreensão das relações entre sociedade e natureza, ampliando os debates sobre sustentabilidade, preservação ambiental e uso responsável dos recursos naturais.

No contexto brasileiro, os avanços relacionados à educação escolar indígena e quilombola representam importantes marcos para a valorização da diversidade cultural no currículo. De Oliveira Rocha e De Souza Nogueira (2024) evidenciam que as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola fortalecem o reconhecimento das identidades étnico-raciais e dos saberes produzidos por essas comunidades, valorizando elementos como memória, ancestralidade, territorialidade e experiências históricas coletivas.

Dessa forma, a transformação curricular proposta pela educação decolonial ultrapassa a simples inclusão de conteúdos relacionados às culturas tradicionais. Trata-se de uma mudança mais ampla, que envolve a revisão dos critérios utilizados para definir o que é conhecimento legítimo e a ampliação das vozes presentes na construção dos currículos escolares. Assim, a valorização dos saberes tradicionais constitui uma estratégia fundamental para a construção de uma educação mais democrática, inclusiva e comprometida com a pluralidade epistemológica, a justiça cognitiva e a democratização do conhecimento.

SABERES TRADICIONAIS, INTERCULTURALIDADE E JUSTIÇA EPISTÊMICA

Os saberes tradicionais compreendem conhecimentos, práticas, valores e formas de interpretação da realidade construídos coletivamente por diferentes grupos sociais ao longo das gerações. Produzidos a partir da interação entre comunidades e seus territórios, esses conhecimentos refletem modos específicos de compreender a natureza, organizar a vida social e transmitir experiências culturais. Longe de constituírem simples manifestações folclóricas ou conhecimentos empíricos isolados, os saberes tradicionais configuram sistemas complexos de produção e circulação do conhecimento, fundamentados em experiências históricas e processos coletivos de aprendizagem.

Esses saberes estão profundamente vinculados às identidades culturais e às memórias coletivas dos povos que os produzem. Em comunidades indígenas, quilombolas, ribeirinhas, camponesas e demais populações tradicionais, o conhecimento é frequentemente transmitido por meio da oralidade, das práticas comunitárias, dos rituais, das manifestações artísticas e das relações estabelecidas com o território. Dessa forma, os saberes tradicionais não representam apenas conteúdos informativos, mas expressões de modos de vida e mecanismos de preservação cultural.

Entretanto, a consolidação da ciência moderna como principal referência de validação do conhecimento contribuiu para a construção de hierarquias epistemológicas que privilegiaram determinados saberes em detrimento de outros. Como consequência, os conhecimentos produzidos por grupos historicamente subalternizados foram frequentemente invisibilizados ou considerados inferiores nos espaços formais de ensino. Nesse contexto, a perspectiva decolonial propõe uma revisão crítica dessas hierarquias, defendendo o reconhecimento da pluralidade epistemológica e da legitimidade das diferentes formas de produção do conhecimento.

A interculturalidade emerge como um conceito central nesse processo. Mais do que a simples coexistência entre culturas distintas, ela pressupõe o estabelecimento de relações dialógicas baseadas no respeito mútuo, no reconhecimento das diferenças e na valorização de múltiplas formas de compreender o mundo. Sob essa perspectiva, o currículo escolar assume papel estratégico na promoção do diálogo entre diferentes

sistemas de conhecimento, ampliando as possibilidades formativas da escola e fortalecendo o reconhecimento das identidades culturais historicamente marginalizadas.

Pereira (2023) destaca que as epistemologias decoloniais oferecem importantes contribuições para a construção de currículos interculturais, especialmente no contexto da educação escolar quilombola. Segundo o autor, a valorização dos conhecimentos produzidos pelas comunidades tradicionais favorece o desenvolvimento de práticas pedagógicas mais significativas, críticas e socialmente comprometidas. Ao reconhecer os saberes construídos nos territórios quilombolas como elementos legítimos do processo educativo, a escola contribui para o fortalecimento das identidades étnico-raciais e para a superação de desigualdades historicamente produzidas.

A defesa da interculturalidade está diretamente associada ao conceito de justiça epistêmica, entendido como a necessidade de combater formas de exclusão que impedem determinados grupos de serem reconhecidos como produtores legítimos de conhecimento. No campo educacional, a promoção da justiça epistêmica exige a ampliação dos espaços destinados aos saberes historicamente marginalizados e o reconhecimento de que a construção do conhecimento resulta de múltiplas experiências humanas desenvolvidas em diferentes contextos culturais e sociais. Nesse sentido, a valorização dos saberes tradicionais constitui uma importante estratégia para a democratização do conhecimento e para a construção de práticas educativas mais inclusivas.

Outro elemento relevante refere-se ao papel da linguagem e da literatura na valorização das identidades culturais. Gomes e Alves (2025) argumentam que a linguagem literária atua como instrumento de resistência e valorização dos conhecimentos historicamente silenciados. Ao incorporar narrativas produzidas por povos indígenas, comunidades quilombolas e outros grupos subalternizados, a escola amplia as vozes presentes no currículo e favorece o desenvolvimento de uma educação intercultural comprometida com a diversidade. Além disso, essas narrativas possibilitam o fortalecimento das identidades coletivas e contribuem para o enfrentamento dos processos de invisibilização cultural.

Dessa forma, a valorização dos saberes tradicionais ultrapassa a simples inclusão de conteúdos específicos no currículo escolar. Trata-se de uma transformação mais ampla dos processos educativos, fundamentada na interculturalidade, na pluralidade

epistemológica e na justiça epistêmica. Sob a perspectiva da educação decolonial, democratizar o conhecimento significa reconhecer a legitimidade das múltiplas formas de compreender a realidade e promover currículos capazes de acolher a diversidade de experiências, narrativas e saberes presentes na sociedade.

Portanto, saberes tradicionais, interculturalidade e justiça epistêmica constituem dimensões complementares de um projeto educacional comprometido com a superação das desigualdades produzidas pela colonialidade. Ao promover o diálogo entre diferentes formas de conhecimento e reconhecer a diversidade epistemológica como elemento constitutivo da formação humana, a educação decolonial contribui para a construção de práticas pedagógicas mais democráticas, inclusivas e socialmente transformadoras.

METODOLOGIA

A presente pesquisa caracteriza-se como bibliográfica, de abordagem qualitativa, com objetivos exploratórios e fundamentada no método dedutivo. A escolha desse delineamento metodológico justifica-se pela natureza do objeto investigado, uma vez que a compreensão das relações entre educação decolonial, currículo escolar e valorização dos saberes tradicionais exige uma análise teórica aprofundada das produções acadêmicas existentes sobre o tema. Nesse sentido, a pesquisa busca compreender os fundamentos conceituais, epistemológicos e pedagógicos que sustentam as discussões acerca da decolonialidade e suas contribuições para a construção de currículos mais inclusivos e culturalmente plurais.

A pesquisa bibliográfica constituiu o principal procedimento técnico adotado para a realização do estudo. Segundo Vieira (2010), esse tipo de investigação possibilita a sistematização, análise e interpretação crítica do conhecimento já produzido sobre determinado fenômeno, permitindo identificar diferentes perspectivas teóricas, lacunas investigativas e contribuições relevantes para a compreensão do objeto pesquisado. A pesquisa bibliográfica revela-se especialmente adequada quando o objetivo consiste em aprofundar debates conceituais e construir interpretações fundamentadas a partir do diálogo entre diferentes autores e correntes teóricas.

Para o desenvolvimento da investigação, foram selecionadas obras acadêmicas que abordam os temas da educação decolonial, colonialidade do saber, currículo escolar, interculturalidade, justiça epistêmica e valorização dos saberes tradicionais. O corpus bibliográfico foi constituído por livros, artigos científicos publicados em periódicos especializados, trabalhos apresentados em eventos acadêmicos e demais produções científicas relacionadas ao objeto de estudo. Entre as principais referências utilizadas destacam-se os trabalhos de Cumboto (2026), De Oliveira Rocha e De Souza Nogueira (2024), Dos Santos *et al.* (2025), Gomes e Alves (2025), Pereira (2023), Ribeiro e Catanante (2025) e Vieira (2010), cujas contribuições possibilitaram a construção do referencial teórico que sustenta a análise desenvolvida.

A abordagem qualitativa foi adotada por permitir a compreensão dos significados, interpretações, valores e relações presentes nos fenômenos sociais investigados. Diferentemente das pesquisas quantitativas, que buscam mensurar variáveis e estabelecer relações estatísticas, a pesquisa qualitativa concentra-se na interpretação dos fenômenos em seus contextos históricos, culturais e sociais. No presente estudo, essa abordagem mostrou-se adequada por possibilitar a análise crítica das concepções de currículo, dos processos de exclusão epistemológica e das potencialidades da educação decolonial para a valorização dos saberes tradicionais.

Quanto aos objetivos, a pesquisa caracteriza-se como exploratória. De acordo com a literatura metodológica, os estudos exploratórios têm como finalidade proporcionar maior familiaridade com determinado problema, ampliar o conhecimento disponível sobre um tema e favorecer a formulação de interpretações e reflexões mais aprofundadas. A escolha desse tipo de pesquisa fundamenta-se na necessidade de compreender as contribuições da educação decolonial para a transformação curricular e para o reconhecimento dos saberes historicamente marginalizados nos espaços escolares. Além disso, o caráter exploratório permitiu identificar diferentes perspectivas teóricas e possibilidades de aplicação dos princípios decoloniais no contexto educacional.

No que se refere ao método de abordagem, adotou-se o método dedutivo como estratégia para a construção da análise. O método dedutivo caracteriza-se pela passagem de proposições gerais para situações particulares, permitindo que conceitos, teorias e princípios mais amplos sejam utilizados para interpretar fenômenos específicos. Nesse

sentido, a investigação partiu de pressupostos teóricos relacionados à decolonialidade, à crítica da colonialidade do saber e à valorização da diversidade epistemológica para compreender suas manifestações e implicações no campo curricular.

A aplicação do método dedutivo ocorreu por meio da análise das contribuições teóricas produzidas no âmbito dos estudos decoloniais e sua articulação com as discussões acerca dos saberes tradicionais presentes no currículo escolar. Inicialmente, foram examinados os fundamentos conceituais da educação decolonial e as críticas dirigidas às estruturas eurocêntricas de produção do conhecimento. Posteriormente, essas reflexões foram relacionadas às discussões sobre currículo, interculturalidade e justiça epistêmica, buscando compreender de que maneira a valorização dos saberes tradicionais pode contribuir para a construção de práticas educativas mais democráticas e inclusivas.

Quanto aos procedimentos de análise, foi utilizada a leitura analítica e interpretativa das obras selecionadas, buscando identificar convergências, divergências e contribuições teóricas relevantes para a compreensão do problema de pesquisa. As informações obtidas foram organizadas em eixos temáticos relacionados à educação decolonial, à colonialidade do saber, ao currículo escolar, à interculturalidade e à valorização dos saberes tradicionais. Esse processo permitiu estabelecer relações entre os diferentes referenciais teóricos e construir uma análise crítica acerca das possibilidades de transformação curricular a partir dos pressupostos da decolonialidade.

Logo, destaca-se que a pesquisa possui natureza eminentemente teórica e não envolveu coleta de dados empíricos junto a participantes ou instituições educacionais. Assim, os resultados apresentados derivam da interpretação crítica da literatura especializada, tendo como objetivo contribuir para o aprofundamento das discussões sobre educação decolonial e para a reflexão acerca da importância dos saberes tradicionais na construção de currículos comprometidos com a diversidade cultural, a justiça epistêmica e a democratização do conhecimento.

RESULTADOS

A análise das produções científicas selecionadas permitiu identificar que a educação decolonial vem se consolidando como uma importante perspectiva teórica e

pedagógica para a ressignificação dos currículos escolares contemporâneos. Os estudos examinados convergem ao evidenciar que os modelos curriculares tradicionalmente adotados pelos sistemas educacionais foram historicamente construídos sob forte influência de referenciais eurocêtricos, responsáveis por estabelecer hierarquias epistemológicas que privilegiaram determinados conhecimentos em detrimento de outros. Nesse contexto, a literatura analisada aponta que a educação decolonial oferece instrumentos conceituais e metodológicos capazes de questionar essas estruturas e promover uma maior valorização da diversidade de saberes presentes na sociedade.

Um dos principais resultados identificados refere-se ao reconhecimento dos saberes tradicionais como formas legítimas de produção do conhecimento. Os autores analisados destacam que os conhecimentos desenvolvidos por povos indígenas, comunidades quilombolas, populações ribeirinhas, camponesas e demais grupos tradicionais não devem ser compreendidos apenas como manifestações culturais periféricas, mas como sistemas epistemológicos complexos, construídos historicamente a partir da interação entre os sujeitos, seus territórios e suas experiências coletivas. Essa compreensão representa uma mudança significativa em relação às abordagens curriculares convencionais, que frequentemente restringem a legitimidade do conhecimento aos referenciais científicos ocidentais.

Os resultados também evidenciam que a incorporação dos saberes tradicionais nos currículos escolares favorece uma maior aproximação entre a escola e as comunidades em que ela está inserida. Conforme observado nos estudos analisados, quando os conhecimentos locais passam a integrar os processos educativos, os estudantes tendem a reconhecer com maior facilidade a relevância dos conteúdos trabalhados em sala de aula, estabelecendo relações mais significativas entre a aprendizagem escolar e suas experiências de vida. Esse movimento contribui para a construção de uma educação mais contextualizada, capaz de dialogar com as realidades socioculturais dos sujeitos e de valorizar os conhecimentos produzidos em seus territórios.

Outro aspecto recorrente na literatura refere-se ao fortalecimento das identidades culturais e ao combate aos processos históricos de invisibilização de grupos socialmente marginalizados. Os estudos demonstram que a valorização dos saberes tradicionais possibilita ampliar a representatividade de diferentes grupos no currículo escolar,

favorecendo o reconhecimento de suas histórias, memórias, práticas culturais e formas de organização social. Tal processo revela-se especialmente importante para estudantes pertencentes a comunidades indígenas, quilombolas e populações tradicionais, uma vez que contribui para o fortalecimento do sentimento de pertencimento, da autoestima coletiva e da valorização de suas identidades culturais.

A análise dos trabalhos também permitiu identificar que a educação decolonial favorece a construção de práticas pedagógicas fundamentadas na interculturalidade e no diálogo entre diferentes formas de conhecimento. Em vez de estabelecer relações hierárquicas entre saberes científicos e saberes tradicionais, os estudos defendem a construção de processos educativos pautados pelo reconhecimento da pluralidade epistemológica. Nesse sentido, os currículos orientados por princípios decoloniais buscam promover espaços de diálogo nos quais diferentes perspectivas culturais possam interagir de maneira respeitosa e complementar, contribuindo para uma formação mais crítica, democrática e inclusiva.

No âmbito das políticas educacionais, os resultados evidenciam avanços significativos relacionados ao reconhecimento da diversidade cultural e epistemológica. Os estudos sobre educação escolar quilombola analisados nesta pesquisa demonstram que a criação de diretrizes curriculares específicas representa um importante instrumento para a valorização dos conhecimentos produzidos por essas comunidades. As políticas voltadas para a educação quilombola têm contribuído para ampliar o debate sobre a necessidade de construção de currículos mais sensíveis às especificidades históricas, culturais e territoriais dos diferentes grupos sociais, fortalecendo perspectivas educacionais comprometidas com a equidade e a justiça social.

Da mesma forma, as experiências desenvolvidas no âmbito da educação escolar indígena revelam importantes contribuições para a construção de propostas curriculares interculturais. Os estudos analisados mostram que a participação das comunidades indígenas na elaboração dos projetos pedagógicos favorece a integração de conhecimentos ancestrais aos conteúdos escolares, promovendo o diálogo entre diferentes sistemas de conhecimento e fortalecendo a preservação das línguas, tradições e identidades culturais desses povos. Tais experiências demonstram que a valorização dos saberes tradicionais não representa um obstáculo ao acesso ao conhecimento científico,

mas uma possibilidade de ampliação das perspectivas educativas e de enriquecimento dos processos de aprendizagem.

Outro resultado relevante identificado na literatura refere-se à relação entre saberes tradicionais e educação ambiental. Diversos estudos apontam que os conhecimentos desenvolvidos por povos originários e comunidades tradicionais oferecem importantes contribuições para a compreensão das relações entre sociedade e natureza. Os saberes relacionados ao manejo sustentável dos recursos naturais, à preservação da biodiversidade e ao uso equilibrado dos ecossistemas apresentam potencial significativo para enriquecer as práticas de educação ambiental desenvolvidas nas escolas. Dessa forma, a valorização desses conhecimentos contribui não apenas para a preservação cultural, mas também para a formação de uma consciência socioambiental crítica e comprometida com a sustentabilidade.

A literatura analisada também evidencia que a linguagem, a literatura e as manifestações culturais desempenham papel relevante na promoção da educação decolonial. A inclusão de narrativas produzidas por autores indígenas, quilombolas e representantes de grupos historicamente marginalizados amplia as possibilidades de representação cultural no currículo escolar, permitindo que diferentes vozes e experiências sejam reconhecidas nos processos educativos. Essa ampliação contribui para a desconstrução de estereótipos, para a valorização da diversidade e para o fortalecimento de práticas pedagógicas orientadas pelo respeito às diferenças.

Por outro lado, os estudos examinados também apontam desafios para a efetivação de currículos comprometidos com os princípios da decolonialidade. Entre os obstáculos mais recorrentes destacam-se a permanência de concepções eurocêntricas nos sistemas educacionais, a insuficiente formação de professores para o trabalho com perspectivas interculturais, a escassez de materiais didáticos que contemplem a diversidade epistemológica e cultural e as dificuldades institucionais para promover mudanças significativas nas estruturas curriculares. Tais limitações demonstram que a implementação de propostas decoloniais exige não apenas alterações nos conteúdos escolares, mas transformações mais amplas nas concepções de ensino, aprendizagem e produção do conhecimento.

De modo geral, os resultados obtidos indicam que a educação decolonial possui potencial significativo para contribuir com a construção de currículos mais democráticos, inclusivos e culturalmente sensíveis. A valorização dos saberes tradicionais emerge como elemento central nesse processo, possibilitando o reconhecimento da pluralidade epistemológica existente na sociedade e favorecendo a construção de práticas educativas comprometidas com a justiça epistêmica, a interculturalidade e a democratização do conhecimento. Assim, a literatura analisada confirma que a incorporação dos saberes tradicionais ao currículo escolar constitui uma estratégia relevante para o enfrentamento das desigualdades históricas produzidas pela colonialidade e para a promoção de uma educação voltada ao respeito à diversidade cultural e à formação integral dos estudantes.

DISCUSSÃO

Os resultados obtidos nesta pesquisa permitem compreender que a valorização dos saberes tradicionais no currículo escolar não se configura apenas como uma questão pedagógica, mas também como um desafio político, cultural e epistemológico. A análise da literatura evidenciou que os currículos escolares são construções históricas atravessadas por relações de poder que influenciam diretamente a seleção, a organização e a legitimação dos conhecimentos considerados relevantes para a formação dos estudantes. Nesse sentido, os achados corroboram as reflexões de Dos Santos *et al.* (2025), que compreendem o currículo como um espaço permanente de disputas epistemológicas, no qual diferentes concepções de conhecimento buscam reconhecimento e legitimidade.

A predominância histórica de referenciais eurocêntricos nos sistemas educacionais contribuiu para a consolidação de uma lógica curricular que privilegiou determinados conhecimentos em detrimento de outros. Tal configuração resultou na invisibilização de saberes produzidos por povos indígenas, comunidades quilombolas, populações tradicionais e demais grupos historicamente marginalizados. Como consequência, a escola passou a reproduzir mecanismos de exclusão epistemológica que, além de limitarem a diversidade de perspectivas presentes no currículo, reforçaram processos de desigualdade cultural e social. Os resultados da pesquisa demonstram que

essa problemática permanece atual, evidenciando a necessidade de repensar os fundamentos epistemológicos que orientam a organização curricular.

Sob essa perspectiva, a educação decolonial emerge como uma importante possibilidade de enfrentamento das permanências da colonialidade no campo educacional. Conforme apontam Dos Santos *et al.* (2025), a decolonialidade não se restringe à inclusão de novos conteúdos curriculares, mas propõe uma transformação mais profunda das formas de produção, circulação e legitimação do conhecimento. Trata-se de questionar as hierarquias epistemológicas construídas historicamente e reconhecer que diferentes grupos sociais produzem conhecimentos legítimos e relevantes para a compreensão da realidade. Assim, os resultados encontrados reforçam a compreensão de que a educação decolonial constitui um horizonte teórico e prático capaz de promover maior democratização do conhecimento e ampliar as possibilidades de construção de currículos mais inclusivos.

Os estudos analisados também evidenciam que a valorização dos saberes tradicionais contribui significativamente para o fortalecimento das identidades culturais dos estudantes. Ao reconhecer os conhecimentos, as memórias e as experiências produzidas pelas comunidades locais, a escola favorece a construção de processos educativos mais significativos e contextualizados. Essa constatação dialoga com as reflexões de Cumboto (2026), que destaca a importância dos saberes culturais para a formação integral dos sujeitos e para o fortalecimento dos vínculos entre educação, identidade e pertencimento. Nesse sentido, a incorporação dos saberes tradicionais ao currículo possibilita que os estudantes se reconheçam como sujeitos produtores de conhecimento, rompendo com perspectivas educacionais que historicamente privilegiaram referências externas às suas realidades socioculturais.

Outro aspecto relevante identificado nos resultados refere-se à relação entre educação decolonial e interculturalidade. A literatura analisada demonstra que a valorização dos saberes tradicionais favorece a construção de ambientes educativos pautados pelo diálogo entre diferentes culturas e formas de conhecimento. Essa perspectiva ultrapassa concepções assimilacionistas ou multiculturalistas superficiais, propondo relações mais horizontais entre os diferentes saberes presentes no espaço escolar. Conforme argumenta Pereira (2023), as epistemologias decoloniais possibilitam

a construção de currículos interculturais capazes de reconhecer a diversidade cultural como elemento constitutivo dos processos educativos. Dessa forma, a interculturalidade assume um papel central na promoção de práticas pedagógicas comprometidas com o respeito às diferenças e com a superação das desigualdades históricas produzidas pela colonialidade.

Os resultados também revelam que a valorização dos saberes tradicionais está diretamente associada à promoção da justiça epistêmica. Esse conceito refere-se à necessidade de garantir o reconhecimento e a participação de diferentes grupos sociais nos processos de produção e validação do conhecimento. Durante séculos, populações indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais tiveram seus conhecimentos sistematicamente desconsiderados pelas instituições educacionais e científicas. Nesse contexto, a incorporação desses saberes ao currículo representa uma estratégia de enfrentamento das injustiças cognitivas e de ampliação da pluralidade epistemológica presente na escola. Tal constatação reforça a compreensão de que a democratização do conhecimento depende do reconhecimento da legitimidade das múltiplas formas de compreender e interpretar o mundo.

A análise das experiências relacionadas à educação escolar quilombola e à educação escolar indígena permitiu identificar importantes avanços na construção de currículos mais sensíveis à diversidade cultural e territorial. Conforme destacam De Oliveira Rocha e De Souza Nogueira (2024), as diretrizes curriculares voltadas para a educação quilombola representam um importante marco na valorização das identidades étnico-raciais e dos conhecimentos produzidos pelas comunidades quilombolas. Os resultados indicam que tais iniciativas contribuem para fortalecer a autonomia das comunidades, promover o reconhecimento de suas histórias e ampliar a presença de seus saberes nos processos educativos. De maneira semelhante, as experiências desenvolvidas na educação escolar indígena demonstram que a participação das comunidades na elaboração dos currículos favorece a construção de propostas pedagógicas mais contextualizadas e culturalmente significativas.

Além das contribuições para a valorização da diversidade cultural, os resultados evidenciam que os saberes tradicionais possuem potencial para enriquecer diferentes áreas do conhecimento escolar. Os estudos analisados apontam que conhecimentos

relacionados à agricultura tradicional, à medicina popular, à preservação ambiental, à oralidade e às manifestações culturais podem contribuir para a construção de práticas pedagógicas interdisciplinares e contextualizadas. Nesse aspecto, os saberes tradicionais deixam de ocupar uma posição periférica no currículo para assumirem um papel ativo na produção de aprendizagens significativas e socialmente relevantes.

Entretanto, apesar dos avanços identificados, a literatura também evidencia importantes desafios para a consolidação de currículos orientados pelos princípios da decolonialidade. Um dos principais obstáculos refere-se à formação inicial e continuada dos professores. Muitos profissionais da educação foram formados em modelos pedagógicos fortemente influenciados por perspectivas eurocêntricas, o que pode dificultar a incorporação de abordagens interculturais e decoloniais em suas práticas pedagógicas. Dessa forma, a implementação de currículos comprometidos com a valorização dos saberes tradicionais exige investimentos em processos formativos que possibilitem aos docentes refletir criticamente sobre as relações entre conhecimento, poder e cultura.

Outro desafio identificado diz respeito à produção e à disponibilização de materiais didáticos capazes de contemplar a diversidade epistemológica presente na sociedade. Embora existam avanços nas políticas educacionais voltadas para a valorização da diversidade cultural, muitos materiais utilizados nas escolas ainda reproduzem visões homogêneas da história, da ciência e da cultura. Essa limitação dificulta a efetivação de propostas curriculares decoloniais e evidencia a necessidade de ampliar a produção de recursos pedagógicos que valorizem as contribuições dos povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais.

Além disso, a persistência de concepções educacionais fundamentadas na supremacia epistemológica ocidental continua representando um entrave para a transformação curricular. A colonialidade do saber permanece presente em diferentes dimensões da educação, influenciando desde a organização dos conteúdos até os critérios utilizados para definir o que é considerado conhecimento legítimo. Nesse contexto, a implementação de propostas decoloniais exige não apenas mudanças curriculares, mas também transformações institucionais, políticas e culturais mais amplas, capazes de promover efetivamente a democratização do conhecimento.

Por fim, a discussão dos resultados permite afirmar que a educação decolonial representa uma importante possibilidade de ressignificação dos currículos escolares contemporâneos. Ao reconhecer a legitimidade dos saberes tradicionais e promover o diálogo entre diferentes formas de conhecimento, essa perspectiva contribui para a construção de práticas educativas mais inclusivas, democráticas e culturalmente sensíveis. Os resultados analisados indicam que a valorização dos saberes tradicionais não apenas amplia a diversidade epistemológica presente na escola, mas também fortalece processos de pertencimento, identidade e participação social, reafirmando a importância de currículos comprometidos com a justiça epistêmica, a interculturalidade e a transformação social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo teve como objetivo analisar as contribuições da educação decolonial para a valorização dos saberes tradicionais no currículo escolar, buscando compreender de que maneira os pressupostos da decolonialidade podem favorecer a construção de práticas educativas mais inclusivas, democráticas e comprometidas com a diversidade epistemológica. A partir da revisão bibliográfica realizada, foi possível identificar que a educação decolonial se configura como uma importante perspectiva teórica e metodológica para o enfrentamento das permanências da colonialidade presentes nos sistemas educacionais contemporâneos, especialmente no que se refere aos processos de seleção, legitimação e transmissão do conhecimento escolar.

A análise da literatura permitiu constatar que os currículos escolares historicamente foram estruturados sob a influência de referenciais eurocêntricos que contribuíram para a marginalização de conhecimentos produzidos por povos indígenas, comunidades quilombolas, populações tradicionais e outros grupos socialmente subalternizados. Esse processo de exclusão epistemológica não apenas limitou a diversidade de conhecimentos presentes na escola, mas também colaborou para a reprodução de desigualdades culturais, sociais e educacionais que continuam impactando a formação dos estudantes e a organização das práticas pedagógicas.

Nesse contexto, verificou-se que a educação decolonial oferece importantes instrumentos para a problematização dessas estruturas de poder e para a construção de alternativas curriculares fundamentadas no reconhecimento da pluralidade epistemológica. Ao questionar a centralidade de modelos únicos de conhecimento e defender a legitimidade de diferentes formas de produção do saber, a perspectiva decolonial amplia as possibilidades de construção de currículos capazes de dialogar com as múltiplas realidades culturais presentes na sociedade. Tal compreensão reforça a necessidade de compreender o currículo não apenas como um instrumento técnico de organização do ensino, mas como um espaço de disputas políticas, culturais e epistemológicas que influencia diretamente os processos de formação humana.

Os resultados também evidenciaram que a valorização dos saberes tradicionais constitui um elemento fundamental para a promoção da interculturalidade e da justiça epistêmica no contexto educacional. Os conhecimentos construídos pelas comunidades tradicionais representam importantes patrimônios culturais e epistemológicos, capazes de enriquecer os processos de ensino e aprendizagem ao oferecer novas perspectivas para a compreensão da realidade. Além disso, a incorporação desses saberes aos currículos escolares favorece a construção de práticas pedagógicas mais contextualizadas, fortalece os vínculos entre escola e comunidade e contribui para o reconhecimento das identidades culturais historicamente invisibilizadas pelos modelos educacionais hegemônicos.

Outro aspecto relevante identificado ao longo da investigação refere-se à contribuição dos saberes tradicionais para a formação integral dos estudantes. Ao promover o diálogo entre diferentes sistemas de conhecimento, a escola amplia suas possibilidades formativas e favorece o desenvolvimento de competências relacionadas ao respeito à diversidade, à valorização das diferenças culturais, ao pensamento crítico e à participação cidadã. Dessa forma, a valorização da pluralidade epistemológica não beneficia apenas os grupos historicamente marginalizados, mas enriquece o processo educativo como um todo, possibilitando a construção de uma educação mais democrática e socialmente comprometida.

Entretanto, a pesquisa também evidenciou que a efetivação de currículos orientados pelos princípios da educação decolonial ainda enfrenta desafios significativos. Entre eles, destacam-se a persistência de concepções pedagógicas centradas na

hegemonia epistemológica ocidental, as limitações na formação inicial e continuada dos docentes para o trabalho com perspectivas interculturais e decoloniais, a insuficiência de materiais didáticos que contemplem adequadamente a diversidade cultural brasileira e as dificuldades institucionais para promover mudanças estruturais nos sistemas educacionais. Tais desafios demonstram que a construção de currículos decoloniais exige ações articuladas envolvendo políticas públicas, instituições de ensino, programas de formação docente e participação ativa das comunidades nos processos educativos.

Diante dessas reflexões, conclui-se que a valorização dos saberes tradicionais representa uma estratégia fundamental para o enfrentamento da colonialidade do saber e para a promoção de uma educação comprometida com a justiça social, a equidade e o reconhecimento da diversidade cultural. Mais do que incorporar conteúdos específicos aos currículos, a proposta decolonial pressupõe uma transformação das bases epistemológicas que orientam a produção e a circulação do conhecimento escolar, favorecendo a construção de relações mais horizontais entre diferentes culturas e formas de saber.

Por fim, reconhece-se que esta pesquisa apresenta limitações decorrentes de sua natureza exclusivamente bibliográfica, não contemplando a investigação empírica de experiências concretas desenvolvidas em instituições educacionais. Nesse sentido, recomenda-se a realização de estudos futuros que analisem práticas pedagógicas, projetos curriculares e experiências de educação decolonial em diferentes contextos escolares, especialmente em comunidades indígenas, quilombolas e tradicionais. Pesquisas dessa natureza poderão ampliar a compreensão sobre os desafios e as potencialidades da implementação de currículos decoloniais, contribuindo para o fortalecimento de propostas educativas voltadas à interculturalidade, à justiça epistêmica e à democratização do conhecimento.

Em suma, a educação decolonial apresenta-se como um horizonte teórico e político capaz de contribuir significativamente para a construção de uma escola mais plural, inclusiva e socialmente comprometida. Ao reconhecer a legitimidade dos saberes tradicionais e promover o diálogo entre diferentes formas de conhecimento, essa perspectiva fortalece a formação de sujeitos críticos, conscientes de suas identidades culturais e preparados para atuar em uma sociedade marcada pela diversidade. Assim, a

valorização dos saberes tradicionais no currículo escolar revela-se não apenas uma demanda educacional, mas também um compromisso ético e político com a construção de uma educação voltada para a justiça, a democracia e a transformação social.

REFERÊNCIAS

CUMBOTO, Manuel Pedro. DECOLONIALIDADE: UMA ABORDAGEM SOBRE A IMPORTÂNCIA DOS SABERES CULTURAIS NO CURRÍCULO EDUCACIONAL ANGOLANO. **Aurum Revista Multidisciplinar**, v. 2, n. 3, p. 1-10, 2026.

DE OLIVEIRA ROCHA, Angelita Rosa; DE SOUZA NOGUEIRA, Eliane Maria. Educação decolonial e diretrizes curriculares: uma análise da Resolução Nº 8/2012 para a Educação Escolar Quilombola. **Perspectivas em Diálogo: Revista de Educação e Sociedade**, v. 11, n. 28, p. 444-460, 2024.

DOS SANTOS, Antonio Nacílio Sousa et al. Currículo escolar como espaço em disputa—educação ambiental e saberes de povos originários e comunidades tradicionais. **ARACÊ**, v. 7, n. 5, p. 24937-24981, 2025.

DOS SANTOS, Antônio Nacílio Sousa et al. Educação Decolonial—Saberes insurgentes do “sul global” e o giro decolonial como horizonte para a transformação crítica da educação contemporânea. **ARACÊ**, v. 7, n. 5, p. 23308-23349, 2025.

GOMES, Analice Sousa; ALVES, Edson Ferreira. LINGUAGEM LITERÁRIA E EDUCAÇÃO DECOLONIAL: VOZES, SABERES E (RE) EXISTÊNCIAS NO CURRÍCULO ESCOLAR. **Building the way-Revista do Curso de Letras da UEG (ISSNe 2237-2075)**, v. 15, n. 2, p. 7-23, 2025.

PEREIRA, Carlos Luis. Ensino básico na perspectiva de epistemologias decoloniais no Brasil e na América Latina: cultura e saber em educação em ciências no currículo decolonial em ação na educação escolar quilombola. **Research, Society and Development**, v. 12, n. 5, p. e11912541536-e11912541536, 2023.

RIBEIRO, Maricélia Moraes; CATANANTE, Bartolina Ramalho. CURRÍCULO, CULTURA E TERRITÓRIO: articulações entre saberes tradicionais e políticas educacionais. **ANAIS DO SEMINÁRIO FORMAÇÃO DOCENTE: INTERSECÇÃO ENTRE UNIVERSIDADE E ESCOLA**, v. 6, n. 06, 2025.

VIEIRA, José Guilherme Silva. Metodologia de pesquisa científica na prática. **Curitiba: Editora Fael**, v. 152, 2010.

Submissão: fevereiro de 2026. Aceite: março de 2026. Publicação: julho de 2026.